

REFLEXÕES SOBRE A SECUNDARIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA NA PRÁTICA DO PIBID

Jessica Almeida Fontes

Graduanda em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB);
Bolsista do subprojeto de Sociologia do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à
docência (PIBID) da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior). E-mail: jessica_almeida_fontes@hotmail.com.br

Valdívia Araújo

Mestra em Ciências Sociais, Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte (UFRN) (2000);
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Brasil; Coordenadora do subprojeto
de Sociologia do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
E-mail: valdiviaaraujo@hotmail.com

José Miranda Oliveira Júnior

Mestre em Educação pelo Programa de pós-graduação em Educação da Universidade
Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGeD/UESB), professor substituto da Universidade
Estadual do Sudoeste da Bahia – Brasil, membro do grupo de pesquisa Sociologia das práticas
curriculares: uma leitura a partir da Teoria do Discurso
E-mail: jose.junior@uesb.edu.br

Resumo: Em busca de relatar a secundarização da Sociologia e a desvalorização crítica e metodológica da disciplina, partimos da observação da prática não só pedagógica, mas das vivências e discussões para além do currículo disciplinar e das experiências de uma escola da zona rural de Vitória da Conquista. As reflexões aqui feitas são embasadas na observação da sala de aula do Colégio Estadual do Campo de Educação Integral José Gonçalves (CCEIJG), que se localiza logo na entrada do povoado José Gonçalves, zona rural de Vitória da Conquista. Observando a prática e aplicação do currículo escolar se Sociologia, nota-se que determinadas posturas - fomentadas pela subestimação das Ciências Sociais em todos os âmbitos no Brasil - criam um abismo que é a secundarização da Sociologia, uma disciplina tão importante e crucial para a construção de uma educação científica e humanista; nesse contexto, educar pela pesquisa e fomentar no aluno o desejo de fazer a leitura sociológica de seu cotidiano, transformando-o em campo de observação sociológico, mostra-se a melhor saída.

Palavras chave: Ensino de Sociologia; PIBID; Secundarização da Sociologia.

Introdução à interseção entre dois mundos: Da universidade à escola

Este artigo parte da observação da prática não só pedagógica, mas das vivências e discussões para além do currículo disciplinar e das experiências, visto que as reflexões aqui presentes se norteiam na busca pela identificação e relato da secundarização da Sociologia e da desvalorização crítica e metodológica da disciplina. Tais reflexões são embasadas na observação da disciplina de Sociologia nas turmas de Ensino Médio do Colégio Estadual do Campo de Educação Integral José Gonçalves (CECEIJG) – uma escola localizada em José Gonçalves, distrito de Vitória da Conquista – e subsidiadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O subprojeto do PIBID é, claramente, o de Sociologia. Este se constitui numa essencial ferramenta de estudo e construção de análise por parte dos discentes que estão sendo iniciados à docência, de maneira que são instigados a conectar a vivência em sala de aula às discussões críticas inauguradas pelos presentes textos, abordados em reuniões semanais – além de orientações diversas sobre produção acadêmica, planejamento de aula etc. Amurabi Oliveira (2015), chama atenção para o caráter do PIBID:

A relevância desse programa, não apenas para o curso de Ciências Sociais creio eu, demanda que haja um claro posicionamento político por parte dos agentes implicados no campo educacional com relação a atual cenário de cortes na educação, visando garantir que não haja retrocessos com relação ao que tem se avançado na melhora da formação inicial de professores no Brasil (OLIVEIRA, 2015, p. 11).

Assim, intencionalmente forma-se uma nova geração de professores, que sai da universidade com conhecimento empírico sobre a realidade das escolas (principalmente públicas), processo fundamental na elaboração da pesquisa e extensão.

No que tange à lógica escolar, o espaço físico da escola é uma estrutura circular, onde tem as salas, em volta de um pátio; é cercada por um vasto espaço aberto, sem árvores nem sombra, apenas com uma vegetação rasteira pouco desenvolvida. Na parte central existe uma área de convivência e as salas de aula e de vídeo que também serve de biblioteca, algumas salas da coordenação ficam em volta.

No período específico desta observação, o corpo discente compunha-se por duas turmas de primeiro ano, duas de segundo e uma de terceiro, sendo esta a maior. O dito período foi a última unidade do ano letivo de 2018; desta forma, mesmo que as aulas fossem em período integral, os professores reclamavam de que durante a tarde deveriam ocorrer oficinas e cursos técnicos, mas a realidade era que a coordenação e os professores faziam atividades recreativas extraclasse para cumprir a carga horária restante para encerramento das atividades escolares, deixando de lado o conteúdo programático do currículo estabelecido.

Uma perspectiva histórica sobre o escanteamento gradativo

A questão problemática da secundarização da Sociologia se faz presente justamente nesses momentos da escola, nas brechas da rotina programática (e, conseqüentemente, do currículo da disciplina). A matéria, por já ter pouco tempo na carga horária escolar, é jogada para segundo plano; os professores e a própria coordenação tentam encurtar o assunto para que não haja problemas em “fechar a caderneta” no final do ano. Durante o ano, os assuntos abordados podem ser carregados de relevante peso crítico, ou não, dependendo da abordagem do professor em sala e da coordenação pedagógica, sem citar as condições precárias das escolas para que haja um ensino básico de qualidade (o que não foi o caso do CECEIJG, visto que é uma escola construída há menos de dez anos e muito bem conservada pelos alunos - incentivados pela equipe pedagógica).

Infelizmente, essa realidade é uma expressão de um quadro nacional que vem tomando forma há muito tempo. Assim sendo, faz-se necessário uma breve retrospectiva sócio histórica do ensino de Sociologia nas escolas brasileiras. A implementação da disciplina de sociologia ocorreu por instituições profissionais, não escolares, o que já demonstra a sinuosidade dos caminhos a serem percorridos pela Sociologia e sua proposta crítica e reflexiva. O ensino da disciplina, existente desde a década de 20, só foi objeto de reflexão dos próprios cientistas sociais - através da teorização mais elaborada proporcionada pela pós-graduação - somente nos anos 90; devido às conquistas e mudanças políticas e sociais brasileiras, pois é indissociável a “íntima relação entre as transformações ocorridas na Educação Básica, por meio das políticas educacionais, e o avanço no debate acadêmico” (OLIVEIRA, 2015, p. 8).

Apesar das discussões acadêmicas frequentes a seu respeito, o estudo da ciência sociológica nas escolas brasileiras está imerso em um limbo de escanteamento, num cenário de interrupções temporárias que, assim, constitui sua invisibilidade desde o seu nascimento. Tudo isso só aumenta o abismo que é a secundarização da Sociologia, uma disciplina tão importante, crucial para a construção de uma educação científica e humanista (SILVA, 2009).

Entretanto, a cada ano letivo que se passa só se vê regressão de recentes conquistas da Sociologia no mérito educacional - estes sendo o alto da montanha russa pela qual a disciplina passa. Exemplos notáveis são a LDB DE 1996 e, posteriormente, o parecer CNE/CEB nº 38/06 que tornara a Sociologia obrigatória nos currículos a partir de 2007.

Como depois dos altos sempre vem os baixos, a regressão significativa neste histórico foi a aprovação – vale ressaltar que sem consulta a órgãos competentes pela organização de professores do Brasil - da Base Nacional Comum Curricular de 2017, que acaba com as poucas possibilidades de reconhecimento das Ciências Sociais no currículo escolar. Através da Lei 13.415, a BNCC passa a ter validade a partir deste ano, delimitando um prazo de 5 anos para que as escolas se adaptem às novas condições.

Empreendem-se as reformas curriculares, na maioria dos casos, para melhor ajustar o sistema escolar às necessidades sociais e, em muito menor medida, para mudá-lo, embora possam estimular contradições que provoquem movimentos para um novo equilíbrio” (SACRISTÁN, 2000, p. 18).

Diversas problemáticas envolvem essa reforma antidemocrática que obscurece o possível cenário outrora provável de consolidação da sociologia (que andava a passos largos desde 2008): vão do custo do aumento de, no mínimo, 200 horas de carga horária por ano das escolas ao que exatamente será ofertado na prática em cada comunidade, devido à não obrigatoriedade de áreas específicas na grade curricular, ficando a gosto da gestão escolar a escolha - ou o que as verbas escolares permitirem.

Nesse contexto de desvalorização de licenciaturas específicas, inclusive as de Ciências Sociais, a Sociologia é, mais uma vez, escanteada, mas agora de forma brutal. Cabe a nós perguntarmo-nos quais rumos estará tomando o Brasil na adoção de políticas tecnicistas e focadas na formação alienada do trabalhador, cuja visão não terá o mínimo de aporte crítico possível nem filosófico, nem sociológico.

Os olhares dos alunos deverão ser alterados pelos “óculos” das teorias sociais. Seus olhares deverão se desprender das imagens há construídas sobre a escola, os professores, os pobres, os ricos, as igrejas, as religiões a cidade, os bairros, as favelas, a violência, os políticos, a política, os movimentos sociais, os conflitos, as desigualdades, entre outros. (SILVA, 2009, p. 11).

A desvalorização e crise da educação de nível fundamental e médio, não só no âmbito legislativo, é realidade irrefutável. Em relatório¹ elaborado pelo IBOPE à organização sem fins lucrativos Todos Pela Educação, 42% a 60% dos professores entrevistados da rede de educação básica afirmam sua insatisfação com diversos fatores que compõem seus respectivos cotidianos, tais como o número de alunos nas turmas, tempo para atividades extraclasse relacionadas ao exercício da docência, segurança dentro da escola, infraestrutura, recursos e materiais pedagógicos e acesso a recursos tecnológico digitais; desses profissionais, 67% diz não se sentir ouvido durante o processo de elaboração de políticas públicas educacionais. Neste sentido, a desvalorização do professor também, claramente, inclui a ausência das condições adequadas de trabalho.

O descaso estatal em relação à educação também se expressa na ratificação da desigualdade social. Ainda segundo dados do Todos Pela Educação, “no Brasil, enquanto 83% dos estudantes mais ricos saem da escola pública tendo aprendido o adequado em língua portuguesa ao final do ensino médio, entre os estudantes mais pobres, essa porcentagem é 17%” (EXAME, 2019).

O professor entre a realidade escolar e a proposta de Pesquisa e Extensão

Como se não bastasse tudo isso, a Sociologia sofre um ataque duplo, pois, quando há a possibilidade de usar a carga horária da disciplina para fazer discussões de aporte crítico, com temas geradores os quais possibilitariam a realização de uma roda de conversa, debate, ou algo semelhante, com método e conceitos, objetivando desconstruir preconceitos e reconstruir concepções, o tempo é desperdiçado, ou com a liberação dos alunos ou em atividades extraclasse que - em sua maioria - não são seguidas de nenhum debate minimamente reflexivo.

¹ Realizada em junho de 2018. Disponível em:
<https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/23.pdf?750034822>. Acesso em 27 mar. 2019.

[...] É possível que, os jovens e adultos que concluem o Ensino Médio não cheguem aos estudos mais especializados e contextualizados dos cursos de graduação. Pode acontecer, ainda, que continuem seus estudos em cursos sequenciais, à distância, em cursos aligeirados, entre outras modalidades de formação, em franco desenvolvimento em nosso país. Dessa forma, a educação do Ensino Fundamental e do Ensino Médio deve garantir uma base sólida de conhecimentos científicos, de fundamentos das ciências para a compreensão dos fenômenos sociais e naturais. Os que concluem a Educação Básica, tendo o Ensino Médio como a última etapa dessa educação, devem ter uma elevação cognitiva, que os permita compreender, de fato, a vida social e econômica, a natureza e a cultura. O Ensino Médio tem o papel de ajudar os jovens a encontrarem sentidos para suas vidas. (SILVA, 2009, p. 4).

É complexa a situação do professor, que se vê no papel de mediador mas não dispõe de recursos necessários para estabelecer uma boa mediação entre conteúdo programático/teórico e aluno, indivíduo coletivo inserido num contexto precedente. Por isso, é importante salientar que não se pode responsabilizar inteiramente o professor, pois este faz o máximo que pode dentro das limitações institucionais, que não são poucas. Exemplo evidente é a carga horária disponibilizada: na Bahia, no primeiro ano é uma aula semanal e no segundo e terceiro são duas aulas semanais - todos do ensino médio (única modalidade que tem como obrigatória a sociologia).

Tendo em vista estas pontuações, as considerações de Pedro Demo (2015) se fazem fundamentais para compreensão desse cenário, quando chama a atenção para o fato de que

Decorre, pois, a necessidade de mudar a definição de professor como perito em aula, já que a aula que apenas ensina a copiar é absoluta imperícia. A partir daí, entra em cena urgência de promover o processo de pesquisa no aluno, que deixa de ser objeto de ensino para tornar-se parceiro de trabalho. A relação precisa ser de sujeitos participativos, tornando-se o questionamento reconstrutivo como desafio comum. Sem a intenção de distribuir receitas prontas, que desde logo destruiriam a qualidade propedêutica desta proposta, busca-se orientar estratégias que facilitem a capacidade de educar pela pesquisa. O problema principal não está no aluno, mas na recuperação da competência do professor, vítima de todas as mazelas do sistema, desde a precariedade da formação original, a dificuldade de capacitação permanente adequada, até a desvalorização profissional extrema, em particular na educação básica. Qualquer proposta qualitativa na escola encontra na qualidade do professor a relação mais sensível. (DEMO, 2015, p. 2-3).

Os problemas aqui expostos ficam claros desde o primeiro dia de observação, quando houve um passeio ao Circo. Isso devido ao fim do ano letivo, visto que as atividades extracurriculares acabam sendo uma saída de emergência complementar a carga horária da

escola integral. A atividade não teve nenhum fim crítico, pelo contrário, na ocasião houve diversas piadas de cunho opressor, machista e LGBTQfóbico. A importância de um debate crítico ou de ao menos um bate papo entre alunos e professora sobre os preconceitos ali ratificados se fazia urgente. Isso reflete uma realidade estrutural do sistema educacional brasileiro, considerando Maurice Tardif (2012):

Os educadores e os pesquisadores, o corpo docente e a comunidade científica tornam-se dois grupos cada vez mais distintos, destinados a tarefas especializadas de transmissão e de produção dos saberes sem nenhuma relação entre si. Ora, é exatamente tal fenômeno que parece caracterizar a evolução atual das instituições universitárias, que caminham em direção a uma crescente separação das missões de pesquisa e de ensino. Nos outros níveis do sistema escolar, essa separação já foi concretizada há muito tempo, uma vez que o saber dos professores que aí atuam parece residir unicamente na competência técnica e pedagógica para transmitir saberes elaborados por outros grupos. (TARDIF, 2012, p. 35).

Mas, mesmo assim, não houve nenhuma discussão sociológica crítica a fim de desconstruir esses preconceitos da perspectiva dos discentes. “O contato pedagógico somente acontece quando mediado pelo questionamento reconstrutivo. Caso contrário, não se distingue de qualquer outro tipo de contato” (DEMO, 2015). Assim, o educar pela pesquisa referido pelo autor se faz aqui necessário na medida em que o cotidiano requer uma análise com bases sociológicas críticas, para que haja o questionamento reconstrutivo;

A pesquisa inclui sempre a percepção emancipatória do sujeito que busca fazer e fazer-se oportunidade, à medida em que começa e se reconstitui pelo questionamento sistemático da realidade. Incluindo a prática como componente necessário da teoria, e vice-versa, englobando a ética dos fins e valores. (DEMO, 2015, p. 9).

Cabe também a este ponto da discussão a reflexão sobre a constituição do currículo escolar, porque é vivo e dinâmico, se construindo à medida que é aplicado. Assim, a prática está intrinsecamente ligada à socialização cultural e ao processo do ensino, sendo por intermédio dele que o professor pode mediar abstrações teóricas e individualidade do aluno - enquanto sujeito incluído num contexto social.

O currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. É uma prática, expressão, da função socializadora e cultural que determinada instituição tem, que reagrupa em torno dele uma série de subsistemas ou práticas diversas, entre as quais se encontra a prática pedagógica desenvolvida em instituições escolares que comumente chamamos ensino (SACRISTÁN, 2000, p. 15-16).

Todavia, a dinâmica escolar não ignora completamente as discussões sobre minorias sociais e a importância da análise cotidiana com embasamento sociológico. Usando mais uma vez a vivência escolar, faz-se aqui notável outro exemplo ocasional: o projeto do Dia da Consciência Negro. Na ocasião, o início do evento já se compõe de congratulações do diretor aos alunos e professores pelas iniciativas que deram forma à iniciativa, seguidas por uma apresentação teatral sobre a capoeira e da palestra do professor doutorando Dener Silveira (UFSCAR), da UESB, sobre Emancipação no Dia da Consciência Negra, e a necessidade de ruptura com a concepção de negro apenas como escravo. Após uma excelente e didática fala, ocorreram jogos de origem africana - apresentados aos alunos por uma das professoras -, desfile de Empoderamento de Mulheres Negras e uma exposição das bonecas de Abayomi, ambos feitos por alunas da escola. Vale salientar a participação de todos os funcionários e alunos da escola na atividade, pois os alunos, juntamente com o corpo docente, realizaram, de forma excepcional, atividades a fim de enfatizar a importância da cultura africana na construção do Brasil atual.

Nesta perspectiva, a secundarização da Sociologia é imensamente mais grave do que aparenta, pois a possibilidade maior de emancipação se faz presente na análise crítica e na reconstrução crítica do cotidiano realizadas pelo estudante, protagonista deste enredo por estar em processo de construção social teórico-crítica. A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria/prática sem a qual a teoria pode se tornar proselitismo e a prática, cega. Assim, se a Sociologia vê-se ameaçada no ambiente escolar, também tem-se sob ameaça a possibilidade de reconstrução do questionamento sistemático da realidade do próprio aluno.

Devemos ressaltar aqui também o processo formativo do docente que deve ser e estar preparado para a dinâmica de trocas que vão acontecer dentro do processo de ensino e aprendizagem. Nesse ponto surge um questionamento: que formação é necessária a esse profissional para que o mesmo consiga lidar com questões tão atuais, mas que ao mesmo tempo permeia a nossa sociedade? E em se tratando da Sociologia: como o docente vai “traduzir” a realidade social para os alunos? Para responder esse questionamento retomamos a um dos pilares apontados por Gatti (2009) como sendo ponto chave para a qualidade na formação de professores, segundo a autora “cabe aqui a constatação e a reflexão sobre como práticas formativas possibilitam ou não, favorecem ou não a aquisição de conhecimentos, valores, atitudes, de diferentes naturezas, e, quais conhecimentos, valores e atitudes”. Assim,

a de se pensar em uma formação integral, que passa pela conscientização da “heterogeneidade cultural e social” do professor.

A perspectiva é a de uma visão integradora que possa delinear as combinações frutíferas de atividades educacionais na direção não só de aprendizagens importantes num dado contexto, mas, do desenvolvimento de atitudes e comportamentos que permitam a convivência, o compartilhar, a tolerância, nos limites de consensos/dissensos, como também na direção do desenvolvimento pessoal de cada aluno. (p.92)

Nesse sentido, Gatti (2009) nos chama a reflexão sobre qual currículo e conteúdos formativos devem-se ter ou construir tanto para as escolas, como para a formação dos professores que nelas vão atuar, quais dinamismos da relação didática mudar ou enfatizar, que valores, práticas e atitudes devem compor as relações educacionais.

Ainda para a autora citada, a estrutura e o desenvolvimento curricular dos cursos de formação de professores não têm mostrado inovações e avanços que permitam ao professor iniciante uma formação com base consistente de conhecimentos e coloca como ponto crítico, os estágios, os quais consideram precários, não conseguindo atingir seu objetivo qual seja de aproximar o futuro professor da realidade escolar.

Considerações finais

Por fim, partindo do princípio que a escola é uma das principais instituições com potencial de combate as ideias e discursos do processo social regulador das ações dos sujeitos, Gatti (2009) propõe uma “revolução nas estruturas institucionais formativas e nos currículos da formação”, pois o processo de escolarização “constitui um setor nevrálgico nas sociedades contemporâneas, uma das chaves para entender as suas transformações.

É importante ressaltar que uma das funções do processo de socialização na escola é a formação do cidadão/cidadã para sua intervenção na vida pública, no entanto, sem um bom direcionamento (lê-se, uma boa formação docente), esse objetivo não será alcançado pelos discentes e este não desenvolverá um senso crítico aguçado e questionador e, principalmente, modificador. Não será capaz de enxergar-se como um ser que pode fazer significativas transformações no mundo em que está inserido, não será capaz de questionar os posicionamentos preestabelecidos dentro de uma norma estabelecida culturalmente.

Nesse sentido, Gatti (2009) fala que é preciso considerar na formação de docentes, conhecimentos e compreensão do sistema escolar e da escola como um instituído sociocultural. E essa prática segundo a estudiosa deve ter início ao se traçar o perfil do docente, que naquele momento é discente, pois devemos considerar na sua formação “a diversidade de condições de domínios cognitivos, culturais, condições econômicas, individuais e sociais, e isso não implica em aligeirar a formação dos docentes, mas em construir nas instituições, que se propõem desenvolver essa formação, meios para se obter uma qualificação com nível adequado para sua futura atuação profissional”.

Referências

DEMO, Pedro. **Educar pela Pesquisa**. São Paulo: Editora Autores Associados, 2015.

EXAME. **Brasil mantém desde 2011 diferença de aprendizagem entre ricos e pobres**, São Paulo, 21 mar. 2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-mantem-desde-2011-diferenca-de-aprendizagem-entre-ricos-e-pobres/>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

GATTI, Bernadete Angelina. **Formação de professores: condições e problemas atuais**. In: REVISTA BRASILEIRA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, Vol. 1, n. 1, p.90-102, Maio/2009.

OLIVEIRA, Amurabi. **Um Balanço sobre o Campo do Ensino de Sociologia no Brasil**. Revista Em Tese, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 6-16, ago./dez, 2015.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O Currículo: Uma Reflexão sobre a prática**. São Paulo: Editora ArtMed, 2000.

SILVA, Ileizi L. Fiorelli. O papel da Sociologia no currículo do ensino médio. In: **II Simpósio Estadual sobre Formação de Professores de Sociologia**. Londrina, Universidade de Londrina, 2009.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Petrópolis: Editora Vozes. 2012.